

GÊNERO E RACISMO: “CANSEI DE VER MINHA GENTE NAS ESTATÍSTICAS, DAS MÃES SOLTEIRAS, DETENTAS, DIARISTAS”

Marcila de Almeida¹; Ana Paula Augusto da Silva Fernandes²; Érica Cibelle de Sousa de Araújo³; Jaquicilene Ferreira da Silva Alves⁴; Patrícia Cristina de Aragão⁵.

Universidade Estadual da Paraíba
marcillaalmeida@hotmail.com
anapaulaAugustadasilva@gmail.com
erica.cibelle@hotmail.com
jaquicilene@gmail.com
cristina-aragao21@hotmail.com

Resumo: As mulheres mostraram que podem ocupar e exercer qualquer tipo de função e profissão, embora, ao longo do tempo, tenham conquistado alguns direitos, tais como de votarem e serem votadas, ainda são tratadas de forma inferior pela sociedade, a qual, ainda possui raízes profundas de uma herança histórica conservadora, patriarcal e machista, inibindo a atuação e segurança da mulher na atualidade. Não é á toa que nos últimos anos vem aumentando o número de mulheres nas páginas policiais vítimas de violência física, índices esses que atingem principalmente as mulheres negras, as quais além de sofrerem com tal questão de gênero, têm que lidar com as marcas da escravidão, escória do povo negro que 130 anos pós-abolição ainda perdura. Desse modo, este artigo tem como objetivo, repensar o lugar social da mulher negra na atualidade, para isso tomamos como objeto de pesquisa a música “Mulheres negras”, composição de Eduardo Taddeo e interpretação da cantora Yzalurí. É uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja fonte utilizada é a música já mencionada. Para a efetivação de tal discussão propomos um diálogo com Rodrigues (2010), Marcondes (2013), Ratts (2002) e Trippia (2014). Temos em vista refletir de que forma, a música já citada, pode ser inserida nas aulas de História do ensino médio para a elucidação do debate sobre gênero e racismo.

Palavras-chave: Gênero, Racismo, Mulheres negras, Música, Ensino de História.

Introdução

Não é fácil ser mulher em um país que, embora teoricamente democrático, não se tem liberdade e igualdade de gênero de forma efetiva, principalmente porque as raízes do patriarcado reveladas e impostas por meio dos discursos e ações machistas pesam sobre nossas vidas, sobre nossa segurança diária. Não é fácil ser mulher em um país onde nos últimos anos vem aumentando o número de mulheres nas páginas policiais vítimas de violência física. Não é fácil ser mulher em um país onde o tempo todo temos de mostrar que somos capazes de ocupar os maiores e variados cargos e funções que são prioritariamente dominados pelos homens.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da UEPB.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da UEPB.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da UEPB.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da UEPB.

⁵ Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação Formação de Professores da UEPB.

Se não é fácil ser mulher em um país arcaico, conservador e machista, menos fácil ainda é ser mulher e negra. Assim como as raízes do patriarcado estão fortemente enraizadas na sociedade, as marcas da escravidão respingam sobre o povo negro, principalmente sobre as mulheres negras, as quais têm que enfrentar duas escórias por suas condições físicas e biológicas, a desigualdade de gênero, e ao mesmo tempo, ter que lidar com os estilhaços do racismo que as ferem direta e diariamente. Se é difícil para a mulher lutar por seu espaço na sociedade, lutar por respeito, igualdade, segurança, mais difícil ainda é quando se é mulher e negra. É como se a nossa sociedade estivesse organizada em uma pirâmide social gênero-racial para a legitimação dos direitos garantidos, enquanto frutos de um processo histórico-político-social patriarcal, no topo estariam os homens brancos, em segundo plano, as mulheres brancas. Com menos direitos que os primeiros, mas com acessos mais visíveis e garantidos por suas cores de pele lhes garantem certa visibilidade, os homens negros que estão logo abaixo, e na base de tal pirâmide se encontram as mulheres negras, subjugadas tanto pelas questões de gênero quanto pelas étnico-raciais, em destaque, para o racismo.

Enquanto que para as mulheres brancas, mesmo sob o prisma da desigualdade de gênero que as assolam, o acesso ao trabalho, a educação, a segurança, para as mulheres negras são exceções, desde o acesso às universidades, por exemplo, estabelecidos e garantidos por cotas em lei previstas para sanar essa disparidade de cor e gênero, até as questões de trabalho, sendo submetidas as funções de subempregos, como diaristas, empregadas domésticas, babás e etc.

As estatísticas levantadas nos últimos anos por vários órgãos de pesquisas como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), dentre outros, trazem dados correspondentes ao lugar social da mulher, constantemente invadido pela ação de uma cultura machista e racista. Dados esses, que dizem respeito seja as questões relacionadas a inserção no mercado de trabalho, segurança, assim como o acesso a educação, comprovam que tais estágios e direitos constituintes da vida humana cidadã, para as mulheres ainda são exceções. Estatísticas e estimativas essas, levantadas por tais órgãos de pesquisa, denotam que em pleno século XXI, a participação das mulheres na vida pública de direito ainda é limitada, os acessos são poucos e quando se trata das mulheres negras os direitos, os acessos, são menores ainda. Em contrapartida, o que tem crescido, infelizmente, são as mortes de mulheres, em particular de mulheres negras, vítimas de homicídios.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar social e de fala, assim como suas respectivas disparidades e implicações, da mulher negra na atualidade, ao que compete as questões raciais e de gênero. Para isso, propomos uma discussão pautada nas

contribuições de Rodrigues (2010), Marcondes (2013), Ratts (2002) e Trippia (2014), assim como outros autores e autoras que tratam tal problemática. O artigo está dividido em dois tópicos, no primeiro intitulado de “As escórias das Mulheres negras: uma dupla luta diária”, refletimos sobre o lugar social das mulheres negras na atualidade, a partir das implicações raciais e de gênero em três esferas, mercado de trabalho, educação e violência. No segundo tópico, “Não sou a subalterna que o senhorio pensa que construiu”: o lugar de fala das mulheres negras”, repensamos sobre a inserção da música no ensino de História, além de analisarmos a letra “Mulheres negras” de composição de Eduardo Taddeo e interpretação de Yzalú.

1.0 AS ESCÓRIAS DAS MULHERES NEGRAS: UMA DUPLA LUTA DIÁRIA

As mulheres negras, são marcadas por uma dupla luta diária, a desigualdade de gênero e racial são as escórias dessas mulheres, na tentativa de saírem das estatísticas que as competem a uma condição de inferioridade diante da sociedade, visto que estão presentes nos piores índices correspondentes seja ao desemprego, a violência, a precariedade socioeconômica. Segundo Veríssimo (2008), as mulheres negras compõem 30% da população nacional, cuja maioria ocupa a função de chefe de família e ao que compete ao mercado de trabalho recebem menos seja em relação aos homens e mulheres brancas, ou mesmo relação aos homens negros. Comprovando ao que destacávamos antes, sobre a pirâmide social de gênero-racial de aquisição e legitimação de direitos, enquanto no topo estão os homens brancos, na base, estão as mulheres negras, ao que Ratts (2002) chama de subalternização do gênero em hierarquia. Sobre essa questão de gênero, Veríssimo elucida que:

No Brasil, quando se trata da questão de gênero, há um capítulo que não se pode esquecer: as mulheres negras. Chegaram aqui no solo brasileiro escravizadas, vítimas da diáspora, submetidas a todo tipo de abuso. Embora houvesse muitas delas foram utilizadas principalmente, para trabalhos domésticos; cozinheiras, arrumadeiras, amas de leite, muitas delas eram obrigadas a terem relações sexuais forçadas com seus senhores. (VERÍSSIMO, 2008, p. 1)

Em pleno século XXI, 130 anos pós-abolição as acepções da lei áurea não se efetivou até hoje como tal, as condições das mulheres negras não melhoraram muito ao longo do tempo, se direcionarmos nossos olhares para as estatísticas dos principais órgãos de pesquisa, a maioria ainda se encontra no mesmo lugar social da colonização, de uma colonização moderna, que as submetem ao subemprego e ao desemprego. Em suma, infelizmente,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

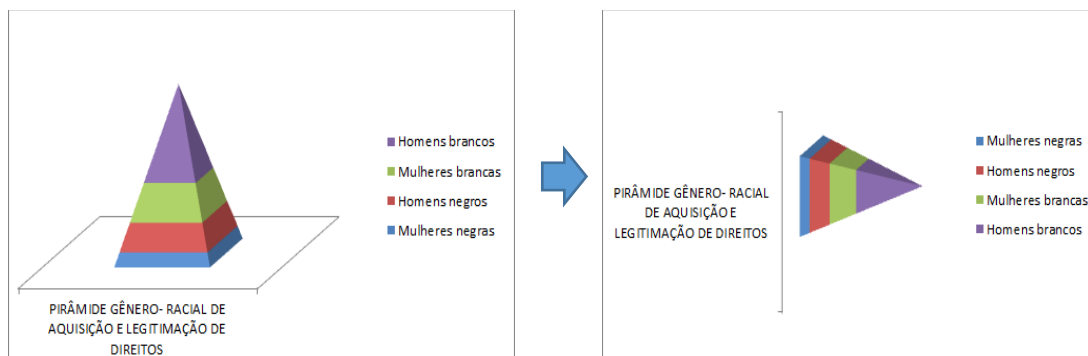
continuam sendo escravizadas sob os prismas das desigualdades raciais e de gênero. Veríssimo (2008), destaca que as mulheres negras se inserem no mercado de trabalho mais cedo, além de ocuparem os piores cargos ainda sofrem com o desemprego e estão em maior número no subemprego, principalmente em serviços domésticos.

Conforme dados das “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, divulgados pelo IBGE existe uma grande disparidade ao que compete ao mercado de trabalho informal, principalmente quando se trata de cuidado de pessoas e as funções domésticas. Enquanto que dentro das questões de gênero, as quais de forma geral, as mulheres negras estão inseridas, os índices revelam que em 2016, as mulheres exerceram a função de cuidados de pessoas, assim como de afazeres domésticos a mais horas que os homens, cerca de 73%, em uma estimativa de 18,1 horas versus 10,5 horas. Em relação a questão racial, informativo do IBGE- Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018, p. 3), elenca que “O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016”.

Lima (2013, p. 57), elucida que os dados das pesquisas comprovam que existe uma disparidade de raça e gênero, desse modo, implicando uma desvantagem principalmente no acesso ao mercado de trabalho. Dados disponibilizados pelo IBGE este ano contendo microdados do PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua) revelam que as mulheres negras são as que mais necessitam conciliar trabalho remunerado com as funções domésticas, dessa forma são as que mais exercem ocupação por tempo parcial em uma percentagem de 31, 3% em comparação e em termos de questões raciais, as mulheres brancas chegam a 25, 0%. Em termos de gênero, as mulheres negras se encaixam de forma geral a um percentual de 28, 2% em exercício de tempo parcial no trabalho em relação aos homens de 14, 1%. Dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2017, denotam que as mulheres negras possuem uma diferença salarial de 60% em relação a um homem branco, e de forma geral, entre homens e mulheres, há uma diferença de 30%.

Com relação ao desemprego, dados divulgados pelo IBGE ano passado, mostraram que o número cresceu entre as mulheres negras, em um período entre 2014 e 2017, a taxa de desocupação delas passou de 9,2 % para 15, 9%. Já para as mulheres brancas nesse mesmo espaço de tempo, passou de 6,2 % para 10, 6%, enquanto que para os homens negros chegou a 12, 1% no final de 2017 e para os homens brancos transitou de 4, 6% para 8, 5%. Nesse sentido, os dados das pesquisas comprovam que o lugar social das mulheres negras é sobretudo regido pelas confluências raciais e de gênero.

fazem permanecer involuntariamente na base de uma pirâmide social de gênero-racial, como já mencionamos antes e que Ratts (2002) elucida. Para a democratização racial e de gênero, uma das saídas encontradas não seria de inverter a pirâmide, até porque continuaria um grupo étnico-racial sobre os demais, a solução seria a tombar, assim todos estariam em um mesmo patamar gênero-racial, como bem mostram as figuras abaixo.



Desse modo, a elucidação de tal igualdade seria alcançada com essa pirâmide inclinada ao passo que todos os grupos dispostos estariam lado à lado na aquisição e legitimação de direitos, ambos estariam em uma mesma linha de propensão à igualdade, ao invés de um abaixo e/ou em cima do outro. Ainda sobre essas imposições do mercado de trabalho às mulheres negras, Trippia e Baracat⁶ alegam que:

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho tem sofrido as influências e os impactos da globalização, surgindo, daí, desafios em relação aos processos de exclusão dos grupos vulneráveis, notadamente em relação à trabalhadora negra. Pesquisas comprovam que embora no Brasil quase metade da população seja composta por pessoas negras e pardas, tal proporção não é verificada no meio laboral, onde são constatados diversos tipos de discriminação. (TRIPPIA; BARACAT, 2014, p. 26)

Os autores chamam a atenção para a marginalização, assim como exclusão das mulheres negras do mercado de trabalho, frutos de uma conjuntura cultural, na qual, a sociedade reflete nelas o duplo peso das discriminações raciais e de gênero, afetando diretamente nos seus meios sociais e espaços de trabalhos, atuações e profissões. Eles ainda acrescentam que:

A discriminação da trabalhadora negra é traduzida na forma desigual de acesso ao emprego, às posições de ocupação no mercado de trabalho, nas diferenças salariais e nas atividades desenvolvidas. Ademais, há grande dificuldade para mulheres negras concluírem os estudos, dificultando o acesso a melhores oportunidades de trabalho, e, assim, a uma condição financeira maior e melhor. (TRIPPIA; BACARAT, 2014, p. 27)

⁶ TRIPPIA, M. L.; BARACAT, E. M. **A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas.** Trabalho da mulher, 2014. Juslaboris, Biblioteca Digital da Justiça do Trabalho, 2014. Disponível em: < <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/94254>>. Acesso: 20/07/2018.

Eles destacam a intrínseca relação entre trabalho e educação, cujas implicações de desigualdade racial e de gênero afetam determinantemente nas relações das mulheres negras com o meio, restringindo os seus acessos à Educação, ao ponto de as submeterem a vínculos empregatícios com rendimentos salariais abaixo da média. Segundo dados da PNAD-Contínua de 2016, disponibilizados pelo IBGE, com relação ao acesso das mulheres negras na Educação, os números são mínimos, por exemplo, a taxa de analfabetismo, a estimativa é de 9,9%, enquanto que as mulheres brancas, 4,2%. Sobre a inserção no ensino superior, a pesquisa Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, atualizada este ano, revela em questões de gênero ao qual as mulheres negras estão incluídas, as mulheres estão à frente com uma porcentagem de 21,5%, ao passo que os homens são apenas 15,6%. Já em questões raciais, o percentual de mulheres negras é de 10,4% que possuem ensino superior completo, em contrapartida as mulheres brancas são de 23,5%. Apesar dessa disparidade de acesso a educação, Veríssimo destaca que:

Educação: as mulheres negras é o maior contingente de analfabetos (IBGE – 2001); desde crianças sofrem preconceitos em sala de aula, fenômeno que que contribui para evasão escolar; gravidez precoce e entrada no mercado de trabalho, também, dificulta a trajetória das mulheres negras na escola. Com todas as barreiras impostas, nas décadas de sessenta e oitenta as pesquisas e estudos demonstram que as mulheres negras aumentaram seu ingresso no ensino superior, embora o mercado de trabalho se fecha para esse avanço. (VERÍSSIMO, 2008, p. 4)

O autor cita várias causas que interferem na inclusão das mulheres negras à Educação, seja a evasão escolar oriunda da discriminação racial sofrida no campo escolar, assim como gravidez precoce, a necessidade de entrar no mercado de trabalho precocemente, dentre outras. Outra estatística, a qual as mulheres negras são número maior é o que diz respeito a violência física, dados da pesquisa Atlas da Violência 2018⁷, divulgados pelos IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018, p. 44) informam que “Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%”. A pesquisa ainda destaca que em termos de raça/cor:

Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa

⁷ BRASIL. Atlas da violência 2018. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso: 20/07/2018.

de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2018, p.51)

Logo, os dados mostram que a discriminação gênero-racial sofridas pelas mulheres negras, as elevam a uma categoria de principais vítimas de homicídios, em contrapartida é notório que nos últimos anos tem crescido o movimento dessas mulheres para tentar mudar suas respectivas realidades sociais, haja vista que, de forma geral, as mulheres avançaram, embora não tenham equiparado ao gênero masculino. Mas, dentro do gênero feminino há uma divisão, que se torna visível ao compararmos as estatísticas e estimativas que denotam que as mulheres negras não avançaram na mesma proporção de aquisição e legitimação de direitos das mulheres brancas.

2.0 “NÃO SOU A SUBALTERNA QUE O SENHORIO PENSA QUE CONSTRUIU”: O LUGAR DE FALA DAS MULHERES NEGRAS

A música é um dos principais signos culturais que altera diretamente as relações interpessoais, ressignificando os espaços e sujeitos, dessa forma é testemunha veemente da prática cotidiana das pessoas. Enquanto partícipe da vida humana, não se limita a uma esfera de lazer e diversão, pelo contrário, ao passo que seu teor não se constitui de um discurso neutro, mas embargado de sentidos e significados, ela pode ser um veículo de crítica ou defesa de alguma ideia, pois está submersa nas diversas representações do social. Assim como, por ser possível de ser levada para todos os lugares, pode ser levada para sala de aula, principalmente para as aulas de História no Ensino Médio.

Nesse sentido, não tão somente defende algo, mas é antes de tudo, é educativa e pode se tornar uma forte aliada da prática pedagógica dos professores de História, sobre essa questão Gilio⁸ (2000, p. 14) defende que “a música é um recurso didático simples, dinâmico, contextualizado, que aproxima da realidade do jovem, ajudando no diálogo entre professor e aluno e favorecendo a interdisciplinaridade”. Outro autor que destaca a importância da música como ferramenta pedagógica é Abud⁹, no sentido de por meio dela os alunos problematizarem e assim construir o conhecimento histórico. Como ela bem traz:

Esse percurso nos mostra que as representações históricas construídas pelos alunos com base na música podem ajudar na construção do conhecimento histórico ao proporcionar a identificação dos diferentes significados dos

⁸ GILIO, A. M. C. **Pra que usar de tanta educação para destilar terceiras intenções? Jovens, canções e escola em questão.** Movimento; Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói. n° 1, 2000.

⁹ ABUD, K. M.; GLEIZER, R. A. **A música popular: resistência e registro.** In: História módulo 4. Programa Pró-Universitário (São Paulo: Universidade de São Paulo e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), São Paulo: Dreampix Comunicação, 2004.

elementos definitivos e provisórios contidos nessas representações. Esses elementos podem ser compreendidos e trabalhados de maneira diagnóstica pelo professor por meio dos instrumentos de leitura histórica da linguagem musical, processo que pode se transformar numa ponte entre a realidade atual e passado histórico. (ABUD, 2010, p. 64)

Partindo dessa perspectiva de Abud das representações da música sobre a realidade atual e o passado histórico e em congruência com nossa discussão anterior, trazemos em análise a música “Mulheres negras¹⁰” composta por Eduardo Taddeo e interpretação de Yzalu para pensarmos na inserção da música nas aulas de História do ensino médio, em destaque aqui para refletirmos sobre o lugar de fala das mulheres negras na atualidade. Música cheia de reivindicações, de críticas diante da realidade social de tais mulheres e acentuação da disparidade gênero-racial, é um rap e conforme Souza¹¹ (2010) destaca que esse gênero musical possibilita a reflexão sobre as condições de gêneros, assim como da discriminação que advém do racismo e machismo. A primeira estrofe diz que: *“Enquanto o couro do chicote cortava a carne, a dor metabolizada fortificava o caráter, a colônia produziu muito mais que cativos, fez heroínas que pra não gerar escravos, matavam os filhos”*. De início, a música retrata dolorosamente os maus tratos sofridos pelas mulheres negras, a violência física, sexual, o aborto cometido por elas como forma de resistência, para que seus filhos não tivessem o mesmo destino delas de cativo e violência, assim como para não reabastecer o comércio mercadológico humano.

Já na segunda estrofe *“Não fomos vencidas pela anulação social, sobrevivemos à ausência na novela, no comercial, o sistema pode até me transformar em empregada, mas não pode me fazer raciocinar como criada”*, chama-se a atenção para os baixos números de mulheres negras em programas midiáticos como novelas e comerciais, em contrapartida número maior em emprego com funções domésticas. Na terceira estrofe da música:

Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo. As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo. Lutam pra reverter o processo de aniquilação, que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão. Não existe lei maria da penha que nos proteja, da violência de nos submeter aos cargos de limpeza. De ler nos banheiros das faculdades hitleristas, fora macacos cotistas.

Nessa parte deixa o que já havíamos discutido antes, que existe uma certa divisão dentro do próprio gênero feminino, em questões de aquisição e legitimação de direitos, as mulheres

¹⁰ <https://www.vagalume.com.br/yzalu/mulheres-negras.html>

¹¹ SOUZA, A. M. de S. Repensando as relações de gênero através das práticas musicais de jovens: o movimento Hip- Hop. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278259860_ARQUIVO_AngelaSouzaFG9-Movimentohiphop.pdf>. Acesso em: 01/08/2018.

negras não acompanharam o mesmo processo para elucidação de tal pelas mulheres brancas. Dados do relatório da Infopen¹² (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) lançado este ano pelo Ministério da Justiça, em um ranking, o Brasil está no 4º lugar com com maior população carcerária feminina. Conforme os dados, estão presas 42.355 mulheres, 62 % são mulheres negras. Como já discutíamos antes, as mulheres negras são as maiores vítimas de violência física, no ranking de feminicídios por país, Brasil está no 5º lugar. A letra ainda destaca a questão do racismo enfrentado por elas no Ensino Superior, subjulgadas pelas cotas de direito que as lhes dão acesso a esse nível educacional, na tentativa de minimizar os efeitos dessa discriminação. Em seguida, a música relata que:

Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão. Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação. Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador. Falharam na missão de me dar complexo de inferior. Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu. Meu lugar não é nos calvários do Brasil.

Logo, destacando aqui o ideal de beleza que é imposto pela sociedade, que contradiz a beleza das mulheres negras, além de lembrar a perda identitária por meio da mudança de seus nomes para apelidos escolhidos pelos colonizadores. Mas, a música deixa claro que embora submetidas a tais, se reconhece como quem realmente é, mulher e negra que se orgulha por ser quem é e na mesma medida. Na estrofe seguinte:

Se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro. É porque a lei áurea não passa de um texto morto. Não precisa se esconder, segurança. Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança. Sei que no seu curso de protetor de dono praia. Ensinararam que as negras saem do mercado com produtos embaixo da saia.

A música faz alusão ao fato de associarem as mulheres negras ao tráfico, assim como o fato de estarem em algum espaço público as pessoas ficarem desconfiadas por causa da cor da sua pele, do cabelo, como se a cor estivesse diretamente ligada a questão de caráter. Os demais versos, “*Não quero um pote de manteiga ou de xampu. Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru. Fazer o meu povo entender que é inadmissível. Se contentar com as bolsas estudiantis do péssimo ensino*”, destaca a importância do povo não se contentar com que lhes é oferecido, com as poucas cotas que lhes estão asseguradas, é necessário lutar para deixar de ser exceção em todos os espaços. Nos versos da estrofe seguinte, destaca o que já havíamos

¹² BRASIL. INFOPEN- **Levantamento nacional de informações penitenciárias. Atualização-junho de 2018.** Organização: Thandara Santos. Colaboração: Marlene Inês da Rosa, Hugo Romero Fernandes Devoti Maria Gabriela Viana Peixoto, [et al]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Nacional, 2017. 65 p.

discutido antes a questão do subemprego, dos vínculos empregatícios com baixa qualidade e rendimento salarial, além de criticar o tipo das estatísticas e estimativas as quais são atreladas.

Cansei de ver a minha gente nas estatísticas. Das mães solteiras, detentas, diaristas. O aço das novas correntes não aprisiona minha mente. Não me compra e não me faz mostrar os dentes. Mulher negra não se acostume com termo depreciativo. Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino.

Esses mesmos versos destacam que as novas imposições que elas são submetidas seja correspondente ao mercado de trabalho, a educação, segurança e demais formas de discriminação, elucidação de uma colonização contemporânea, mas que não as fazem aceitar de forma passiva, pelo contrário, estão em luta diária. A estrofe finaliza em recorrência mais uma vez ao padrão de beleza, sobre essa questão Mattos frisa que:

Quase a maioria das mulheres negras da época buscavam dominar os cabelos crespos usando os mais variados tipos de alisamentos, tais como: Henne Marú®, Pasta de Alisar® Guarnieri®, Touca de Gesso³, Amônia, Wellin®, pente de ferro, ferro de passar roupas e co quinhos, os quais exigiam verdadeiros rituais, como: alisar, lavar, enrolar bobes, puxar os fios na escova com secador muito quente e fazer touca (ou nero). (MATTOS, 2015, p. 40)

Na antepenúltima estrofe, há o destaque para o fato de tanto a cor da pele, como os traços raciais serem não só documento, mas testemunhas da escravidão, as quais seus descendentes foram subordinados. Os versos enotam que:

Nossos traços faciais são como letras de um documento. Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos. Fique de pé pelos que no mar foram jogados. Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados. Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria. É atrair gringo turista interpretando mulata.

A letra faz um chamado para as mulheres negras serem fortes nessa luta diária de discriminação racial, como forma de honrar todas mulheres e homens negros que não conseguiram chegar até ao Brasil, mas pelas péssimas condições de viagem, fome, sede, doenças, morreram e tiveram seus corpos jogados ao mar. Já na penúltima estrofe *“Podem pagar menos pelos mesmos serviços, atacar as religiões, acusar de feitiços, menosprezar a nossa contribuição na cultura brasileira, mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra”*, relatando a diferença salarial entre homens e mulheres mesmo quando exercem os mesmos cargos, assim como a intolerância as matrizes religiosas africanas, o não reconhecimento das raízes africanas na cultura brasileira, mas por fim, a música entoada que podem ser tirados todo esse tipo de liberdade, mas o orgulho da cor da sua pele não conseguem tirar. E por último, *“Mulheres negras são como mantas kevlar, preparadas pela*

vida para suportar, o racismo, os tiros, o eurocentrismo, abalam mais não deixam neurônios cativos”, esse trecho destaca a resistência das mulheres negras para enfrentar e lutar contra essa discriminação racial, contra a violência e as imposições culturais de uma cultura ocidental que possui um padrão de beleza estético e estático.

Considerações finais

Não é fácil ser mulher e negra em uma sociedade imersa à cultura patriarcal, machista e racista, onde as espreitam sob um olhar de discriminação e reprovação, cujos lugares social e de fala, aos quais pertencem, se encontram colonizados sob um duplo viés, racial e de gênero. As mulheres negras têm que combater em duas frentes essa dupla escória que as impedem de viverem em plena liberdade e convicção de direitos, mas elas têm lutado para descolonizar essa sociedade contemporânea que se encontra presa ao tempo e as ideias retrógradas. E pouco à pouco, elas vão lutando contra as estatísticas e estimativas, superando os altos índices negativos de não acesso seja no trabalho, educação, segurança, se tornando protagonistas da própria história, reconhecendo seu passado de lutas, suas identidades e raízes. Aos poucos estão ocupando os espaços, na luta em defesa de aquisição e legitimação de direitos, deixando de serem exceções, para se tornarem regra na efetivação do lugar social e de fala, ao qual pertencem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M.; GLEIZER, R. A. **A música popular: resistência e registro**. In: História módulo 4. Programa Pró-Universitário (São Paulo: Universidade de São Paulo e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo). São Paulo: Dreampix Comunicação, 2004.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisa Informação Demográfica e Socioeconômica ,nº 38. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 25/07/2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**, PNAD, 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 28/07/2018.

BRASIL. **Atlas da violência 2018**. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso: 20/07/2018.

_____. **INFOPEN- Levantamento nacional de informações penitenciárias. Atualização-junho de 2018**. Organização: Thandara Santos. Colaboração: Marlene Inês da Rosa, Hugo Romero Fernandes Devoti Maria Gabriela Viana Peixoto, [et al]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Nacional, 2017. 65 p.

GILIO, A. M. C. **Pra que usar de tanta educação para destilar terceiras intenções? Jovens, canções e escola em questão.** Movimento; Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói. n° 1, 2000.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-1999). In: MARCONDES, M. [et al.] (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978>. Acesso: 27/06/2018.

MATTOS, I. G. de. **Estética afro-diápora e o empoderamento.** Pontos de Interrogação, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015 Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II — Alagoinhas — BA. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?ei=3YjrWomwJMWqwgS9mLTICA&q=artigo+seobre+o+empoderamento+negro&oq=artigo+seobre+o+empoderamento+negro&gs_l=psy-ab.3...2867.13296.0.13555.38.32.1.0.0.0.478.5149.0j1j14j3j1.20.0....0...1.1.64.psy-ab..17.21.5491.6..0j35i39k1j0i131k1j0i131i67k1j0i67k1j0i10k1j0i22i30k1j33i160k1j0i13k1j0i13i30k1j0i8i13i30k1j33i22i29i30k1.344.qx9EWJb8seY>. Acesso em: 25/ 04/2018.

RATTS, A. JP. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.** XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2002. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf>. Acesso: 28/07/2018.

SOUZA, A. M. de S. Repensando as relações de gênero através das práticas musicais de jovens: o movimento Hip- Hop. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278259860_ARQUIVO_AngelaSouzaFG9-Movimentohiphop.pdf>. Acesso em: 01/08/2018.

TRIPPIA, M. L.; BARACAT, E. M. **A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas.** Trabalho da mulher, 2014. Juslaboris, Biblioteca Digital da Justiça do Trabalho, 2014. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/94254>>. Acesso: 20/07/2018.

VERÍSSIMO, S. **Mulheres negras brasileiras ao passar do tempo, da barbárie da escravidão a atoras sociais.** Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Silvana_Verissimo_69.pdf>. Acesso: 28/07/2018.